

**RECLAMAÇÃO 18.234 SANTA CATARINA**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECLTE.(S)</b>	<b>: ELETROSUL - CENTRAIS ELÉTRICAS S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RENATA BAIXO DE SA MARTINS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECLDO.(A/S)</b>	<b>: JUIZ DO TRABALHO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANILSO CAVALLI JÚNIOR</b>

**DESPACHO**

*RECLAMAÇÃO. ALEGAÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO  
PROFERIDA NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL N. 53 E DE  
DESRESPEITO À AUTORIDADE DA  
SÚMULA VINCULANTE N. 4 DESTE  
SUPREMO TRIBUNAL. VISTA AO  
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.  
TRANSCURSO DE TEMPO. REQUISIÇÃO  
DOS AUTOS.*

1. Em 1º.8.2014, determinei vista destes autos eletrônicos ao Procurador-Geral da República, tendo eles sido encaminhados ao órgão em 11.9.2014.

2. Embora conhecida a carga de trabalho da Procuradoria-Geral da República, a questão jurídica versada na reclamação tem sido objeto de reiterados e invariáveis pronunciamentos daquele órgão, a revelar a possibilidade de se prosseguir à apreciação da demanda.

3. Pelo exposto, **requisite-se o processo ao Procurador-Geral da**

**RCL 18234 / SC**

**República**, assegurada a possibilidade de juntada posterior de parecer (art. 50, § 2º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

**Publique-se.**

Brasília, 5 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**  
Relatora